

A Regionalização do turismo no Estado do Pará: o caso da Rota turística Belém - Bragança

The regionalization of tourism in the State of Pará: the case of the Belém - Bragança Tourist Route

Marcel Assis Batista Nascimento

Doutorando em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia pela Universidade do Pará – UFPA, Belém/PA, Brasil.

E-mail: assismarceltour@gmail.com

Artigo recebido em: 12-03-2025
Artigo aprovado em: 18-09-2025

RESUMO

A regionalização do turismo, ao longo das últimas décadas, desponta como uma estratégia de promover a gestão pública descentralizada do setor, sendo a roteirização turística um importante desdobramento dessa política. O objetivo central desta pesquisa é compreender sobre a Rota Turística Belém - Bragança, na perspectiva da regionalização do turismo no Estado do Pará, com foco em gerar apontamentos para a gestão estadual do turismo. Para isso, utilizou-se uma abordagem descritiva e exploratória, combinando métodos bibliográfico, documental, aproximando-se do estudo de caso para compreender o fenômeno turístico da Rota Turística Belém-Bragança a partir de um exemplo singular (Marujo, 2016). Foram aplicados os métodos bibliográfico, documental e entrevista semiestruturada com representante da Secretaria de Turismo do Pará (SETUR), no ano de 2022. Os resultados indicam que, apesar dos avanços iniciais, a regionalização no Pará enfrenta desafios como a falta de integração entre os municípios e o Estado, e a descontinuidade das ações de gestão. Como contribuição prática, propõe-se a criação de um comitê gestor para fortalecer a gestão descentralizada da rota, alinhado às políticas públicas nacionais e estaduais. Cientificamente, o artigo amplia o debate sobre a regionalização e roteirização do turismo em contextos periféricos, destacando suas potencialidades e obstáculos.

Palavras-chave: Turismo. Gestão do turismo. Regionalização do turismo. Rota turística Belém - Bragança.

ABSTRACT

Over the last few decades, the regionalization of tourism has emerged as a strategy to promote decentralized public management of the sector, with tourist route planning being an important development of this policy. The main objective of this research is to understand the Belém-Bragança Tourist Route from the perspective of the regionalization of tourism in the state of Pará, with a focus on generating recommendations for state tourism management. To this end, a descriptive and exploratory approach was used, combining bibliographic and documentary methods, approaching the case study to understand the tourism phenomenon of the Belém-Bragança Tourist Route based on a unique example (Marujo, 2016). Bibliographic and documentary methods were applied, along with semi-structured interviews with representatives of the Pará Tourism Secretariat (SETUR) in 2022. The results indicate that, despite initial advances, regionalization in Pará faces challenges such as a lack of integration between municipalities and the state, and discontinuity in management actions. As a practical contribution, we propose the creation of a management committee to strengthen the decentralized management of the route, in line with national and state public policies. Scientifically, the article broadens the debate on the regionalization and routing of tourism in peripheral contexts, highlighting its potential and obstacles.

Keywords: Tourism. Tourism management. Tourism regionalization. Belém - Bragança tourist route.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas, o turismo vem se tornando uma alternativa aos modelos de desenvolvimento para as sociedades e este pertence ao setor terciário da economia, sendo considerado como uma prática social, seu principal objetivo na sociedade contemporânea, é atender aos ensejos dos indivíduos que buscam satisfazer suas necessidades de lazer e entretenimento, em viagens. Essa atividade, tem reflexos no cenário econômico, social e político, das localidades em que estão inseridas.

Cabe também destacar, que o turismo se têm se estruturado como uma política pública ao longo das últimas décadas no Brasil, demonstrando um avanço na estruturação institucional deste setor no país, todavia, essas políticas ainda precisam de estratégias que favoreçam o fomento do setor de forma mais acentuada, uma vez que comumente o planejamento do turismo não é concreto ou efetivado, o que pode causar danos irreversíveis a uma localidade, relacionados a impactos nos recursos naturais, na cultura e na articulação social da comunidade (Lopes & Panosso Netto, 2021).

A Política Nacional de Turismo foi instituída pela Lei Federal nº 11.771/2008, a qual, no inciso VI do Artigo 5º, reforçou o Programa de Regionalização do Turismo (PRT), criado em 2004¹. Contudo, os instrumentos legais necessários para a implementação dessa política, especialmente no que se refere ao PRT, foram estabelecidos posteriormente, por meio da Portaria nº 105, do Ministério do Turismo, de 16 de maio de 2013, ou seja, a Lei de 2008 institucionalizou o PRT no âmbito da política pública.

Esse programa de regionalização tende a atuar sobre políticas de turismo em uma área espacial maior, uma vez que, anteriormente a este programa, existia o Programa Nacional de Municipalização do Turismo, que focava somente nos municípios e, com o PRT, a prioridade é o agrupamento de territórios em favor ao desenvolvimento do setor (Lopes & Panosso Netto, 2021).

De acordo com o Plano Nacional de Turismo de 2007, a regionalização não se limita a agrupar municípios com proximidade e características semelhantes, mas busca construir uma proposta de maneira participativa e democrática, com a participação de agentes públicos, sociedade civil e organizações privadas (Brasil, 2007). Destarte, esse plano tem a intenção de

¹Instituído no escopo do Plano Nacional de Turismo 2003 - 2007, como desdobramento do Programa Nacional de Municipalização do turismo, de 1994.

articular o turismo entre os setores da economia e, assim, favorecer a comercialização dos produtos turísticos.

Nessa conjuntura de estruturação institucional da roteirização, a Secretaria de Estado de Turismo do Pará – SETUR/PA lançou, em 2015, o projeto Rota Turística Belém-Bragança - RTBB, uma proposição de roteiro ligando a capital Belém à cidade de Bragança, por meio rodoviário, no trajeto onde passava a antiga Estrada de Ferro Belém-Bragança, totalizando um trecho com cerca de duzentos e vinte quilômetros (220 km), passando por 13 municípios: Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Izabel do Pará, Castanhal, Igarapé-Açu, Nova Timboteua, Peixe-boi, Capanema, Tracuateua e Bragança, localizados majoritariamente, no polo turístico Amazônia Atlântica.

O contexto histórico da ocupação da região Nordeste do Pará, especialmente na área da Estrada de Ferro Belém-Bragança (EFBB), está profundamente ligado aos objetivos de desenvolvimento econômico, social e político impostos pelo governo estadual no início do século XX. Conforme afirmado por Rocha, Moraes & Sombra (2019), a EFBB foi concebida para dinamizar a agricultura na hinterlândia de Belém, promovendo a integração da região com os centros de consumo e estabelecendo uma conexão fundamental entre o interior produtivo e a capital, compreendendo que a ferrovia, não se limitou apenas ao transporte de mercadorias, mas também contribuiu para a criação de novos assentamentos e para o fortalecimento das políticas de colonização promovidas pelo Governo do Pará.

Destaca-se que essa estratégia de ocupação foi essencial para a transformação da paisagem local e para o surgimento de novos núcleos urbanos ao longo do traçado da ferrovia, onde muitas das vilas instaladas na época da via férrea (Penteado, 1967), hoje são importantes centros urbanos do Pará. Também pode-se evidenciar que apesar da ocupação, a região ainda mantém uma significativa diversidade de paisagens naturais, como manguezais, cerrado e campos bragantinos, que persistem em áreas mais distantes do eixo central de ocupação da ferrovia (Sarquis, 2017).

Atualmente, na antiga região da Estrada de Ferro Belém - Bragança, tem-se o percurso da Rota Turística Belém-Bragança – RTBB onde encontra-se em discussão na câmara dos deputados para aprovação do projeto de Lei nº 324/2020, que pretende criar uma legislação própria para a RTBB e, assim, garantir o fomento do Turismo na região (Agência Senado, 2024). Dessa forma, é fundamental que a Rota Turística Belém-Bragança seja planejada e incentivada,

com o objetivo de fortalecer a integração com os outros destinos contemplados por esse roteiro, promovendo, assim, o efetivo desenvolvimento desses territórios.

A perspectiva da regionalização do turismo de conectar os territórios, com o intuito de potencializar o turismo no Pará, é a argumentação proposta como justificativa desta pesquisa, tendo em vista enquadrar a proposta de roteirização instituída pelo Ministério do Turismo dentro da Rota Turística Belém-Bragança, dado que a regionalização é fundamental na descentralização da gestão do turismo, a partir do estímulo sobre as rotas turísticas e por promover diretrizes e objetivos para com a gestão local do turismo (Araújo, 2017). Outro aspecto que motiva e justifica tem relação com a importância da discussão científica sobre essa nova rota turística, para com os municípios que são recortados por esse roteiro da antiga via férrea Belém-Bragança.

Ainda, no Estado do Pará, essa integração acontece de forma descontínua e cria lacunas no desenvolvimento dos territórios que fazem parte dessa rota turística. Outro fator que amplifica a problemática para este trabalho acadêmico, é a lacuna referente a investimentos públicos e privados para com o turismo no estado (Brasil, 2020), que influencia na comercialização e na oferta dos serviços turísticos no estado, principalmente em regiões que não estão inseridas no turismo de massa, como é o caso da RTBB. Portanto, a questão-problema deste trabalho consiste em como a estruturação da gestão da rota turística Belém-Bragança pode contribuir para o processo de desenvolvimento territorial, no âmbito da regionalização do Turismo do Estado do Pará?

Diante destes apontamentos, destaca-se que o objetivo geral desta pesquisa é compreender sobre a Rota Turística Belém - Bragança, na perspectiva da regionalização do turismo no Estado do Pará, com foco em gerar apontamentos para a gestão estadual do turismo. Como objetivo específico, pretende-se discutir e propor apontamentos para a gestão do roteiro, visando contribuir para o planejamento e desenvolvimento territorial dos municípios envolvidos na rota.

Destaca-se que esse trabalho faz parte do desdobramento da dissertação de mestrado do autor, considerada como uma proposta de fomento às políticas públicas de turismo no estado, a partir do contexto da regionalização e rotas turísticas, o que contribui para o fortalecimento socioeconômico dos territórios existentes ao longo de uma rota de tamanha dimensão como esta. Como resultado, essa investigação também pode servir de embasamento científico a ser analisado pela Secretaria de Turismo do Estado do Pará, responsável pela gestão da Rota

Turística Estadual, com a finalidade de apoiar o planejamento e as futuras atividades de fomento ao longo de sua extensão.

2. A REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO

Mesmo com a complexidade, grandiosidade geográfica do Brasil e com a alteridade das localidades, o Ministério lançou um programa com o intuito de incentivar a atividade turística de forma regionalizada e integrada, a nível local, com a participação das pequenas localidades e envolvendo a comunidade residente, ao proporcionar recursos e diretrizes a Estados e Municípios para terem a capacidade de realizarem ações na área do Turismo. O Programa Nacional de Regionalização do Turismo - PNRT do Brasil é relevante por criar objetivos de desenvolvimento para o turismo, contribuir com a melhoria da infraestrutura, com qualificação da gestão do Turismo, e com recursos e informações nas regiões turísticas do País.

Araújo (2017) considera que esse programa é um marco sobre a postura do Ministério do Turismo para com a atividade turística no país, pois: “A regionalização propõe nova perspectiva ao turismo, por meio de gestão descentralizada, [...]” (Araujo, 2017). A regionalização e criação de rotas turísticas no Brasil vêm acompanhando a tendência mundial, uma vez que a regionalização é vista como forma de valorizar outras regiões menos favorecidas turisticamente, por meio das rotas turísticas. Nessa perspectiva, a regionalização do Turismo é um aparato para incentivar e desenvolver a atividade turística com objetivos integrados, possuindo como base a criação de roteiros fora do contexto dos destinos massificados (Araujo, 2017).

O programa de Regionalização do Turismo foi uma das primeiras políticas públicas do setor a se concretizar, por conta de que o Turismo tinha preeminência pela política do momento em que esse programa foi instituído (Campos, Moesch & Silva, 2016). Todavia, os autores destacam que é no Plano Nacional de Turismo 2007 – 2010 onde a roteirização passa a ser evidenciada, pois propõe novos objetivos que facilitam que essa estratégia seja colocada em prática. Após a institucionalização dessa política pública, a regionalização foi acontecendo no País e as rotas turísticas começaram a fazer parte do produto turístico das localidades.

Hoje, o programa de regionalização ainda é uma política pública de turismo vigente, dentro do Plano Nacional de Turismo - PNT 2018-2022, portanto é a política de turismo que mais teve êxito, pois mesmo com a descontinuidade de diversas políticas de turismo no país,

causada pelas mudanças de gestão do Turismo no Brasil, a regionalização ainda faz parte do PLNT 2018-2022, estando inserida como uma das diretrizes.

Dentro do PNT 2018-2022 a regionalização é vista como um instrumento para fortalecer o desenvolvimento territorial, aumentar a competitividade turística e contribuir para a redução das disparidades socioeconômicas. Para consolidar ainda mais a regionalização, o PNT colocou-a como uma de suas diretrizes, a fortificação da Regionalização do Turismo no Brasil. Tendo sido uma política pública de turismo que alcançou alguns resultados e teve uma notoriedade relevante, o desenvolvimento regional do turismo ainda é foco da atual gestão federal de turismo no país.

Nesse percurso de divisão regional do turismo entre os municípios, é relevante destacar que o processo de instalação da política de regionalização ocorreu da seguinte maneira: “Para implementar esse modelo foi necessária a organização de espaço geográfico em regiões, para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização integrada e compartilhada da atividade turística” (Cerqueira, 2022).

O Pará, um dos maiores estados da região Norte do Brasil, viu a necessidade de ordenar seu território, que possui uma grande biodiversidade, o que confere ao estado um grande potencial para o turismo, principalmente o praticado em áreas naturais. Dentro do estado, estão localizadas unidades de conservação que representam cerca de 55% de seu território (Pará, 2016).

Historicamente, a regionalização do turismo no Pará advém de esforços institucionais da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), no esboço do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR), desdobramento de política pública de turismo federal no estado, sendo um marco para a regionalização do turismo no território paraense, especialmente na década de 1990 (Serra, 2017).

No esboço de estruturação da política de descentralização do turismo no Pará, o plano Ver-o-Pará² realizou o ordenamento turístico do estado, organizado em polos turísticos, com o objetivo de fortalecer e desenvolver os municípios situados nessas áreas. O que se pode observar, como consequência da regionalização do turismo no estado, é que ela ainda não

² Plano que orienta a gestão pública de Turismo do Pará sobre as áreas prioritárias de ação, diretrizes e metas a serem alcançadas no período em que o plano estiver em vigor. O plano mais recente do Estado é o de 2012-2020.

conseguiu alcançar resultados efetivos para o território, uma vez que não acompanhou a prática do mercado de turismo (Serra, 2017).

3. REVISÃO TEÓRICA SOBRE ROTAS TURÍSTICAS

A roteirização é uma estratégia de desenvolvimento turístico proposta pelo Ministério do Turismo por meio do Programa Nacional de Regionalização do Turismo – PNRT. Araújo (2017) afirma que: “A roteirização tem a finalidade de conferir a realidade turística aos atrativos até então dispersos, fortalecendo a cadeia produtiva da rota”. Sobre a categoria chave de roteiros turísticos, a que será utilizada na abordagem dessa pesquisa é de Silva & Novo (2010) que discutem uma conceituação ampla da definição da palavra roteiros, que faz parte do significado das Rotas Turísticas.

Ao que se discute, na abordagem histórica sobre rotas turísticas, as rotas culturais foram as primeiras a serem elaboradas nos anos de 1980, com a criação do *Cultural Routes of the Council of Europe*³. A partir desse momento da história, as rotas difundem-se pela Europa e de acordo com Costa (2020) entidades como Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMO) e Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO) tiveram papel fundamental no processo de dinamização da regionalização pelo mundo, por discutir conceitos, elaborar planos e definir metas, mas com enfoque somente nas rotas culturais.

O termo "roteiro" pode referir-se ao percurso de uma viagem, ao documento que contém informações sobre essa viagem, ao programa de atividades a serem realizadas, ou ainda ao espaço que será percorrido (Silva & Novo, 2010). A partir dessa abordagem de vários conceitos para roteiros, esses autores definem em suas, palavras roteiros como: “Seguindo esse raciocínio, podemos concluir que os roteiros são itinerários de visitação organizados nos quais se encontram as informações detalhadas de uma programação de atividades [...]” (Silva & Novo, 2010, p.29).

A partir desses itinerários propostos por roteiros, se darão o surgimento das rotas turísticas, é relevante salientar que o planejamento deve ser imprescindível, como foi possível observar nessa categoria-chave, pois para que se aconteça um roteiro é necessário que se tenha

³ Termo em inglês que se refere a um programa criado na Europa que promove rotas turísticas culturais, no bloco.

um planejamento prévio. Com isso, essa pesquisa é relevante por mostrar suporte ao planejamento de roteiros, em especial a rota turística Belém – Bragança.

Silva & Novo (2010) mostram que há várias classificações de roteiros turísticos, no total são oito, mas para essa construção teórica, a mais relevante é classificação de roteiros comerciais e não comerciais, onde os não comerciais incluem as rotas turísticas por serem estratégias planejadas pelas instituições públicas, esses roteiros não comerciais podem ser imateriais, materiais e temáticos.

Ainda sobre a definição de roteiro turístico, o Ministério do Turismo no documento *Introdução à Regionalização do Turismo*, define como: “itinerário caracterizado por um ou mais elementos que lhe conferem identidade, definido e estruturado para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turística” (Brasil, 2007).

A partir da revisão da literatura constatou-se que não há um consenso sobre a definição de um conceito de rota, portanto há várias denominações para o conceito. Sua definição na língua portuguesa brasileira pode ser esclarecida em: “Itinerário que se percorre para ir de um lugar a outro, especialmente por via marítima ou aérea; caminho; direção, rumo” (Dicio, n.d). A partir da conceituação no dicionário da língua portuguesa, pode aferir-se que a rota é perpassada por um meio, aéreo, terrestre ou aquaviário, portanto, a rota deve ser compreendida como um caminho que percorre um meio do espaço em direção a um ambiente específico.

Para tanto, a rota quanto o roteiro turístico, possuem o mesmo fim, todavia acredita-se que a rota é em um contexto geográfico maior e o termo roteiro turístico é usado para o percurso turístico em áreas menores.

Diante do exposto, percebe-se que o Programa Nacional de Regionalização do Turismo (PNRT) foi uma das principais estratégias propostas pela Política Nacional de Turismo e representou um marco nas políticas públicas de turismo. Além de fortalecer a atividade de forma regionalizada, enfocando especificamente os municípios e a integração desses territórios com os demais destinos turísticos.

Essa política lançou o Projeto de Roteiros do Brasil, no intuito de desenvolver a gestão e o planejamento em nível local de rotas turísticas pelo país. Como o turismo abrange diversos tipos em diversas áreas da sociedade e ambiente, sua tipologia é extensa, então, também existem diversos tipos de Rotas, com propostas de desenvolver diferentes tipos de turismo. Por exemplo, as rotas gastronômicas, as rotas culturais, patrimoniais, ambientais, entre outras.

Existe uma quantidade expressiva de rotas turísticas no país e sua existência não é somente após a institucionalização da Política Nacional de Turismo, antes mesmo da existência da política pública de turismo já se existiam iniciativas pontuais de rotas turísticas em alguns estados, todavia somente com o programa de regionalização essa prática teve apoio e pode difundir-se em território brasileiro (Cunha, 2017).

Acrescenta-se ainda, que a utilização do termo Rota Turística em alguns casos, é feita apenas como uma ferramenta de Marketing dos órgãos gestores de turismo no Brasil, onde a partir da utilização desse termo alcançam resultados como: “58% das UFs focam sua promoção turística em roteiros ou regiões turísticas integradas, enquanto 37% têm o foco em um destino ou produto turístico isolado” (Brasil, 2018).

Com 58% dos estados utilizando a roteirização para promover o turismo, percebe-se que ela é uma estratégia de marketing importante para divulgar destinos e impulsionar o setor, onde o uso rotas como estratégia para fomentar o turismo é válido, desde que haja integração entre as localidades e a implementação de ações que beneficiem o turismo nas regiões, conforme o contexto de regionalização do Turismo no Brasil.

A regionalização, que visa estruturar o Turismo no país, também exige a democratização do acesso à atividade turística, considerada social, com o ser humano como seu principal agente (Serra, 2017). Nesse contexto, o turismo surge como uma estratégia de desenvolvimento regional, com grande potencial de ser concretizado através da criação de rotas turísticas.

4. METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo proposto, esta pesquisa adotou uma abordagem exploratória e descritiva, com o intuito de investigar e compreender as características, potencialidades e desafios da regionalização do turismo no Pará, bem como analisar o desenvolvimento e a implantação da Rota Turística Belém - Bragança.

Utilizou-se também a metodologia qualitativa, por meio da realização de entrevista semiestruturada, análise documental e do método bibliográfico para a coleta de conceitos e fundamentação teórica sobre a regionalização do turismo no Brasil e sobre rotas turísticas.

A utilização desses instrumentos metodológicos é pertinente e respaldada por estudos anteriores sobre rotas turísticas, como exemplificado por Costa (2020), que empregou esses mesmos métodos para investigar uma rota turística.

Essa pesquisa aproxima-se de um estudo de caso, pois busca compreender o fenômeno turístico por meio de exemplos singulares como a RTBB. Conforme Marujo (2016, p. 123) ratifica que a utilização dessa abordagem metodológica, no turismo: “A finalidade do método do estudo de caso consiste em obter uma grande compreensão do fenômeno turístico na sua totalidade e, portanto, ele pode constituir uma contribuição importante (...)”.

O uso do método qualitativo é pertinente pois conforme Minayo (2012) aponta, o uso dessa abordagem proporciona compreender um universo de significações, motivos, crenças, valores e atitudes, elementos que não podem ser quantificados, mas que são fundamentais para compreender o fenômeno turístico e sua complexidade social, como é o caso da Rota Turística Belém - Bragança.

O recorte espacial deste estudo é o estado do Pará, com foco na gestão da Rota Turística Belém - Bragança, enquanto o recorte temporal de análise documental e bibliográfica ocorreu entre junho de 2020 a junho de 2022, resultando na verificação de documentos institucionais do Ministério do Turismo, com o intuito de averiguar as políticas públicas referentes à regionalização do setor e estruturação de rotas turísticas, e também documentos referentes à estruturação da RTBB a nível estadual, a fim de compreender sobre a estruturação da Rota no âmbito da gestão estadual.

Alves, Saramago, Valente & Sousa (2021) apontam que a utilização deste método é pertinente para compreender o problema proposto, por favorecer a compreensão do universo de análise.

A coleta de dados primários foi realizada por meio de uma entrevista semiestruturada com um servidor da Secretaria de Estado de Turismo do Pará, que, na época da execução da Rota Turística Belém - Bragança (2014), atuava como gerente responsável pelo acompanhamento do projeto. A entrevista foi agendada pelo pesquisador, com o apoio de outros técnicos da Secretaria de Turismo, em abril do ano de 2022, de forma presencial na secretaria e durante o encontro, o entrevistado forneceu informações detalhadas sobre a rota, como o plano de ação, o mapa e as atividades realizadas, contribuindo para a compreensão do processo de regionalização e roteirização do turismo no estado.

A entrevista seguiu um roteiro com perguntas abertas que permitiram respostas detalhadas. Ela foi gravada e depois transcrita para análise, onde o nome do entrevistado foi mantido em sigilo para garantir a confidencialidade e a proteção dos dados. Parte dos resultados e a análise dessa entrevista, bem como alguns dados disponibilizados pelo entrevistado, serão

apresentados e discutidos no próximo tópico, relacionando as informações com a literatura sobre o tema.

Sendo assim, a utilização e combinação desses métodos permitiu uma análise qualitativa robusta e contextualizada, contribuindo para a compreensão dos processos envolvidos na regionalização e roteirização do turismo no Pará, especialmente no que tange a estruturação da Rota Turística Belém - Bragança, produto que ainda possui pouca discussão científica no estado.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O planejamento da Rota Turística Belém-Bragança começou em 2014 por meio da SETUR-PA, logo após o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) identificar vestígios da estrada de ferro no estado do Ceará e questionar o interesse da secretaria pelo material encontrado (Setur, 2014). Em 2015 o projeto foi finalizado, com o objetivo inicial de qualificar os municípios e empreendimentos turísticos da região, e assim promover o patrimônio arquitetônico, ferroviário e natural, como parte da memória da Estrada de Ferro Belém-Bragança. O projeto contou com o apoio do Programa Estadual de Qualificação do Turismo - PEQTur e do CredCidadão (Setur, 2014).

Pontua-se como aspecto relevante para a estruturação da RTBB, o interesse de empresários locais e a revitalização da estrada no perímetro compreendido entre os municípios de São Francisco do Pará e Nova Timboteua. Antes dessas iniciativas, a criação da rota era inviável devido à precariedade da infraestrutura viária (Setur, 2014).

Percebe-se que diversos fatores contribuíram para o planejamento da RTBB, mas se deve destacar o envolvimento dos empresários locais, cujo interesse no projeto pode ter estimulado ainda mais a gestão pública do turismo a avançar com as ações propostas. Tal fato se alinha à perspectiva de Nóbrega (2012, p. 109): “No turismo, as preocupações em estabelecer políticas para o setor só aparecem quando este adquire importância econômica [...]”.

A partir desse processo de definição, a Secretaria de Turismo começou a trabalhar na elaboração do Plano da Rota Turística Belém-Bragança (PRTBB), que vem a apresentar as diretrizes, objetivos e metas a serem alcançadas com a instalação do roteiro. Sobre esse plano, é possível destacar que o mesmo não está disponível nas plataformas digitais da SETUR e os

dados foram obtidos pela Diretoria de Políticas em Turismo - DPOT- SETUR, através do servidor que foi entrevistado no ano de 2022.

De acordo com o PRTBB, a SETUR define rota como um eixo de desenvolvimento turístico que envolve tanto o contexto histórico quanto a promoção e comercialização, com um ponto de partida e chegada e uma identidade própria. Contudo, a definição da Secretaria sugere que a rota vai além da história e promoção, devendo ser vista como uma ferramenta de impacto nas comunidades locais, não se limitando apenas a esses aspectos (Pará, 2016).

Diante disso, evidencia-se que se precisa de uma conceituação sobre a rota que mais se adequa a realidade da RTBB devido sua grande abrangência (13 municípios), pois há uma divergência entre o proposto pelo MTUR e pela SETUR-PA. Perante esse apontamento, a conceituação para rota, no caso da RTBB, deve enfatizar a distribuição organizada de atrativos, infraestrutura e serviços em um espaço delimitado, formando um itinerário bem definido, conforme apontam Bahl e Nitsche (2012). Dessa forma, ao considerar o planejamento de áreas de rotas turísticas, torna-se imprescindível adotar uma perspectiva integradora que contemple a complementaridade entre os destinos, promovendo um turismo coeso e articulado. Cabe aqui destacar que a rota Turística Belém-Bragança compreende 13 municípios localizados na Região Metropolitana de Belém e no Nordeste Paraense (ver figura 1) especificamente no polo turístico Amazônia Atlântica e tais municípios eram ladeados pela via férrea e hoje em dia são cortados por rodovias que foram construídas sob os trilhos ou próximo a eles.

Figura 1

Região da Rota Turística Belém-Bragança, traçada pela SETUR-PA



Fonte: SETUR, 2014.

É possível constatar com base na imagem 1 que esse mapa proposto pela SETUR-PA fica difícil a visualização específica da Rota Turística, com isso elaborou-se o mapa 1 (ver mapa 1) com o intuito de focar especificamente na Rota, a fim de facilitar a visualização dos agentes envolvidos no setor do Turismo e assim contribuir para as estratégias de planejamento e Gestão do Turismo no roteiro, com fins de promover o desenvolvimento dos territórios. Pode-se verificar o mapa 1, que trecho a partir da cidade de Castanhal até a cidade de Capanema perpassa por um trecho de rodovia estadual. Salienta-se que nesse trecho, nas cidades de São Francisco do Pará, Nova Timboteua e Peixe-Boi, realizou-se uma breve observação do campo, no ano de 2019, onde foi possível observar a forte presença da sinalização turística, aspecto relevante alcançado com a efetivação da RTBB

O mapa proposto pela SETUR ao indicar apenas o traçado da rodovia e os municípios, destaca a infraestrutura viária essencial para o acesso aos polos turísticos do Pará, mas não proporciona uma visão detalhada sobre os pontos de interesse turístico ou as rotas alternativas que possam facilitar o acesso aos visitantes. A falta de informações complementares no mapa de planejamento da SETUR, limita a compreensão da totalidade da Rota Turística, dificultando a integração entre os diferentes destinos e agentes do setor. Por isso, a elaboração de um novo mapa, mais focado, busca preencher essas lacunas, ajudando na visualização dos principais atrativos turísticos e na articulação entre as localidades que compõem o trajeto.

possibilitar uma melhor definição de estratégias para o crescimento sustentável da rota e de seus atrativos.

Nos sites de buscas da internet, pode-se verificar a figura 2, que se refere à rota turística Belém-Bragança, elaborada pela SETUR/PA. Nela, é possível observar um panorama macro do roteiro, acrescido de alguns elementos históricos, como trilhos do trem, o próprio trem e construções históricas da antiga estrada de Ferro. Não se observa a presença de festas culturais, produção agrícola e outros atrativos como balneários. Com isso, sugere-se reformular esse material promocional, para que possa também refletir esses outros atrativos, que são parte integrante da rota, e não apenas os aspectos históricos.

Figura 2

Material promocional da Rota Turística Belém-Bragança, elaborado pela SETUR-PA



Fonte: Pará, 2019.

É possível verificar na imagem anterior que não há um enfoque específico na RTBB, mas sim nos seus atrativos. Com isso, surge a necessidade de fortalecer essa dinâmica em regiões onde os atrativos turísticos são vulneráveis ou carecem de um estudo científico

profundo, como na região Nordeste do Pará. A rota Turística Belém-Bragança se desenvolve como uma oportunidade de levar desenvolvimento socioeconômico para as localidades em que estão inseridas, como acontece em outras rotas no mundo e no Brasil.

Desta maneira, é necessário que diferentes atores sociais estejam envolvidos para que a rota Turística Belém-Bragança seja um real vetor de desenvolvimento local nessa região e que o governo seja um articulador entre as necessidades locais e os interesses do Estado, além do comprometimento de ambas as partes (Marins, Oliveira, & Santos, 2016)

A inclusão de atrativos históricos na rota é relevante, pois o percurso segue a antiga estrada de ferro de Bragança, tornando a inserção de elementos históricos fundamental para o RTBB, no entanto, como a rota também é um processo histórico, não apenas os elementos materiais, mas também as práticas agrícolas, como a produção de farinha de mandioca, devem ser consideradas na construção da identidade deste roteiro.

Nesse contexto, a regionalização propõe a integração dos municípios na roteirização, o que é essencial para a RTBB, destacando a pertinência da implantação de um comitê gestor já que esse instrumento fortalece a estrutura de gestão do turismo nos municípios, permitindo que trabalhem juntos para definir objetivos, metas e perspectivas para a Rota Turística Belém-Bragança. Nunes (2019) reforça que a criação desse comitê é crucial para o planejamento, gestão, administração e sustentabilidade financeira.

É pertinente também pontuar, sobre a integração da gestão do turismo da rota por meio de um sistema, onde a criação de um comitê gestor faria parte deste conjunto já que o próprio Ministério do Turismo propõe essa integração e ratifica sua importância (Brasil, 2019), então tal fato também deveria ser observado dentro do contexto da RTBB e como isso não ocorre, constata-se que existe uma lacuna de gestão, por parte da SETUR-PA dentro dessa Rota Turística, uma vez que não se verifica que essa integração ocorre de forma efetiva e concreta.

A partir do exposto, comprovou-se que não há a organização do setor do turismo em um sistema na RTBB, dessa forma ratifica-se a importância da proposição desta pesquisa, de organizar a atividade em um sistema de turismo e a criação de um comitê gestor, através da articulação e agrupamento dos setores interessados na RTBB nos municípios recortados pelo roteiro, pois uma vez que as políticas públicas visem à integração de todos os atores envolvidos no processo, isso também deve acontecer em projeto como a Rota Turística.

A inexistência de um comitê gestor formal para a Rota turística Belém-Bragança representa uma lacuna estrutural grave na governança regional do turismo, fato que não é

restrito a realidade deste roteiro, pois Souza & Figueiredo (2025) apontam que no Brasil existe desafios para estruturar instâncias de governança em projetos turísticos, a destacar pela falta de capacidade técnica, institucional e financeira, problemas que ficam evidentes quando sequer existe um comitê gestor.

Xavier, Totti & Raddatz (2021) destacam que a interdisciplinaridade do turismo exige uma gestão estratégica por atores externos à cadeia produtiva, condição que se torna impossível quando não há sequer uma instância formalizada para promover a integração dos diversos atores públicos e privados, o que é o caso aqui estudado. A ausência do comitê gestor compromete não só o planejamento integrado e participativo da Rota, mas também seu potencial consolidação como produto turístico capaz de gerar impactos econômicos positivos e atender às demandas da população local.

5.1 A gestão da rota turística Belém - Bragança

É relevante destacar que, para que a gestão da rota turística ocorra em conjunto entre os municípios recortados pelo roteiro, é necessário que os mesmos devem possuir um mínimo de estrutura para a institucionalização do setor, por meio de secretarias ou diretorias de turismo. A descentralização promovida pelo Ministério do Turismo, por meio do programa de regionalização, evidencia a necessidade de fortalecer a gestão municipal como base para a integração regional.

No processo de gestão municipal para a operacionalização das rotas turísticas no Brasil, Pozzer & Silveira (2008), corroboram que a estruturação da gestão local é um passo fundamental para unir os diversos municípios em torno do desenvolvimento regional do turismo, potencializando, assim, a organização e a efetividade das rotas turísticas no território. Os autores também enfatizam que esse processo é, essencialmente, participativo, alinhado à premissa do Ministério do Turismo de mobilizar e integrar os atores locais, valorizando as especificidades de cada localidade.

No contexto internacional, Costa (2020) também corrobora com essa perspectiva, ao evidenciar que a roteirização também assume um caráter participativo em outras realidades, apresentando-se, inclusive, como uma alternativa ao modelo tradicional de turismo, mais centralizado e massificado. A autora argumenta que, em territórios com baixa densidade populacional, as rotas turísticas podem impulsionar as economias locais e regionais, contribuir

para que os moradores permaneçam em suas comunidades de origem e pode atenuar as divergências socioeconômicas (Costa, 2020).

A entrevista semiestruturada com o representante da SETUR revelou que ainda há municípios contemplados pelo roteiro turístico que não possuem uma gestão de turismo institucionalizada em nível local. Essa constatação evidencia uma lacuna na implementação da Política Nacional de Turismo no estado do Pará, sinalizando fragilidades na articulação entre os entes federativos, especialmente no que diz respeito ao fortalecimento das instâncias municipais.

Segundo o entrevistado, apenas os municípios de São Francisco do Pará, Igarapé-Açu, Peixe-Boi, Bragança e Augusto Corrêa contam com alguma estrutura dedicada ao turismo. Por outro lado, os municípios da Região Metropolitana de Belém incluídos no trajeto como Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Izabel, possuem instituições gestoras em nível municipal, o que demonstra uma disparidade significativa na capacidade de organização e gestão turística ao longo da rota.

Nesse cerne, a questão central é que essa região possui potencialidade de atrativos que podem fomentar o turismo como vetor de desenvolvimento territorial, mas encontra-se fragilidades na gestão pública e institucional do turismo. O que se percebe dentro do contexto dos territórios da RTBB é a lacuna para realizar ações em conjunto, para o fortalecimento da gestão do turismo, o que é evidenciado com a não concretização de uma organização em sistema do turismo na região.

As rotas turísticas representam uma oportunidade concreta de desenvolvimento territorial e dinamização econômica em regiões periféricas, conforme destaca Costa (2020), especialmente ao promover a valorização dos recursos locais e a inclusão de comunidades historicamente marginalizadas. No entanto, para que esse potencial se concretize, é necessário articular a gestão do turismo de forma integrada e participativa.

Destarte, propõe-se a criação de um comitê gestor da Rota Turística Belém-Bragança, com composição multissetorial que inclua representantes do setor empresarial, comunidades locais dos municípios envolvidos, gestores públicos de turismo, a Secretaria de Estado de Turismo do Pará, a Secretaria de Agricultura, além de órgãos de controle e transparência, como o Ministério Público, a Auditoria Geral do Estado e o Tribunal de Contas dos Municípios do Pará. Segundo Nunes (2019), essa formação é estratégica, pois o modelo organizacional proposto oferece soluções tanto em escalas ampliadas relacionadas às políticas regionais e

nacionais, quanto em escalas locais, ao estimular a pluriatividade, favorecer a geração de renda e contribuir diretamente para o desenvolvimento dos territórios.

O que se constata com esta pesquisa é que não há atualmente ações ou programas ativos para a Rota Turística Belém-Bragança, sendo realizadas apenas iniciativas pontuais pelos municípios, conforme relato do representante da SETUR. Os esforços da gestão estadual têm se concentrado em outras rotas, como a Rota do Queijo e a Rota Gastronômica de Belém. Apesar dos avanços significativos promovidos pela SETUR, como a sinalização turística e programas de qualificação e promoção, esses resultados isolados são insuficientes sem a implementação de estratégias amplas que integrem todos os agentes turísticos e políticas públicas eficazes para o fortalecimento da gestão da rota.

Costa (2020) destaca que aspectos fundamentais para a criação e manutenção de um roteiro turístico incluem financiamento, gestão, operacionalização e cooperação entre os atores envolvidos. Evidencia-se, a partir desta pesquisa, que atualmente não existe um modelo de planejamento estruturado para a rota, tampouco um instrumento de continuidade por parte da gestão estadual de turismo. Dessa forma, torna-se imprescindível a retomada e continuidade do projeto pela SETUR, para que os esforços realizados em 2014 não sejam desperdiçados e não resultem em gastos públicos sem retorno efetivo para o desenvolvimento regional.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fortalecimento do turismo como uma política pública, vem crescendo ao longo dos últimos anos, principalmente com o amparo institucional proporcionado a partir da criação do Ministério do Turismo em 2003 onde pode se pontuar a elaboração de instrumentos como Programa de Regionalização do Turismo, sendo assim possível afirmar que há uma política institucional a nível federal que estabelece critérios e diretrizes com o intuito de favorecer a gestão descentralizada do turismo, o que favorece o desenvolvimento dos territórios, principalmente os historicamente marginalizados.

Araújo (2017) considera que o programa de regionalização representa um marco na postura do Ministério do Turismo em relação à atividade turística no país, uma vez que propõe uma nova perspectiva por meio da gestão descentralizada. No estado do Pará, houve uma estratégia de se concretizar esse desenvolvimento dos territórios a partir do turismo, o que se

evidenciou a partir da divisão do estado em regiões turísticas e também com a criação da Rota Turística Belém-Bragança.

Esse roteiro possui palco histórico a região da antiga Estrada de Ferro de Bragança-EFB, importante elemento da história não somente do Pará, mas de parte da região Amazônica por ser um projeto que alterou toda uma dinâmica social e natural de um grande espaço da Amazônia Oriental Brasileira, onde as políticas que vieram a partir de sua construção, causaram desdobramentos que estão presentes até hoje no mundo contemporâneo, portanto o presente da região revela muito o uso que essa área teve no passado recente.

De acordo com os resultados, para que esse potencial se concretize de forma concreta, é fundamental fortalecer a gestão da rota por meio da criação de um comitê gestor integrado, que dialogue com as políticas estaduais e federais de descentralização do turismo. Essa proposta alinha-se às recomendações de autores como Costa (2020) e Nunes (2019), que ressaltam a importância da cooperação multissetorial e da organização em diferentes escalas para o sucesso dos roteiros turísticos. A entrevista com um representante da SETUR-PA revelou que há descontinuidade na gestão da Rota Turística Belém-Bragança, marcada pela ausência de ações para sua manutenção e fortalecimento, apesar do avanço das rotas turísticas em outras regiões do Brasil, principalmente no Sul e Sudeste e revela os desafios enfrentados pela gestão estadual no Pará, em especial a carência de estrutura institucional adequada e a fragilidade da implementação das políticas de turismo nos municípios ao longo do percurso.

Dessa forma, conclui-se que, apesar dos resultados evidenciados e dos progressos iniciais, a descentralização do turismo no Pará ainda enfrenta barreiras significativas em nível local, onde muitos municípios carecem de mecanismos que efetivem e consolidam o turismo como vetor de desenvolvimento regional. Assim, é imprescindível que haja continuidade e ampliação dos esforços institucionais, com políticas públicas eficazes e participativas, capazes de articular os diversos atores e garantir a sustentabilidade econômica, social e ambiental da rota.

Por fim, é importante destacar que este estudo não contemplou a percepção direta dos moradores e visitantes da Rota Turística Belém-Bragança, tampouco coletou dados quantitativos sobre os impactos econômicos locais. Reconhece-se que tais aspectos são fundamentais para uma análise mais completa e aprofundada do desenvolvimento turístico regional. Recomenda-se que pesquisas futuras se dediquem a explorar essas dimensões, complementando e ampliando os resultados aqui apresentados.

REFERÊNCIAS

- Agência Senado. (2024, 12 de novembro). *Avança criação de rota turística ligando Belém e Bragança*. Senado Notícias. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/11/12/avanca-criacao-de-rota-turistica-ligando-belem-e-braganca>
- Alves, L. H., Saramago, G., Valente, L. de F., & Silva de Sousa, A. (2021). *Análise documental e sua contribuição no desenvolvimento da pesquisa científica*. *Cadernos da FUCAMP*, 20(43). <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2335>
- Araújo, R. J. da R. (2017). *O Nordeste Turístico e a Rota das Emoções na integração de destinos do Ceará, Piauí e Maranhão*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual do Ceará.
- Bahl, M., & Nitsche, L. B. (2012). Roteiros e itinerários turísticos como elementos dinâmicos no desenvolvimento regional do turismo. In S. P. Ramos (Org.), *Planejamento de roteiros turísticos* (pp. 123-145). Asterisco.
- Brasil, Ministério do Turismo. (2003). *Plano nacional do turismo: Diretrizes, metas e programas 2003–2007*. Ministério do Turismo.
- Brasil, Ministério do Turismo. (2018). *Plano nacional de turismo 2018-2022*. Ministério do Turismo.
- Brasil, Ministério do Turismo. (2020). *Turismo no Brasil: Panorama 2020*. <https://www.gov.br/pt-br/noticias/turismo-no-brasil-panorama-2020>
- Brasil, Ministério do Turismo. (2007). *Introdução à regionalização do turismo*. Ministério do Turismo.
- Brasil, Ministério do Turismo. (2018). *Rede de inteligência de mercado no turismo: Documento referencial*. Ministério do Turismo.
- Brasil, Ministério do Turismo. (2018). *Rede de inteligência de mercado no turismo: Documento referencial*. Ministério do Turismo.
- Campos, J. B. R., Moesh, M. M., & Silva, K. C. da. (2016). *Reflexões sobre o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil implementado no destino indutor de São Raimundo Nonato–PI*. Anais do Seminário da ANPTUR. <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/13/500.pdf>
- Costa, V. C. (2020). *Rotas turísticas como estratégia de desenvolvimento territorial* (Dissertação de mestrado). Universidade de Coimbra.
- Cerqueira, R. (2022). *Regionalização do turismo: Crenças, estratégias e desafios*. Turismo Spot. <https://turismospot.com.br/regionalizacao-do-turismo-crencas-estrategia-e-desafios/>

- Cunha, M. A. R. (2017). *A Rota Verde do Café como estratégia de desenvolvimento integrado do turismo sustentável no Maciço de Baturité-CE* (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual do Ceará.
- Dicio. (n.d.). *Rota*. Dicionário Online de Português. <https://www.dicio.com.br/rota/>
- Lopes, M. M., & Panosso Netto, A. (2021). Análise das políticas federais de turismo no Brasil (1930 a 2020). *Ateliê do Turismo*, 5(2), 200-224. Recuperado de <https://periodicos.ufms.br/index.php/adturismo/article/view/13205/9387>
- Marins, Â. C. A., Oliveira, C. C. de, & Santos, C. H. S. (2016). Rota turística: O caso Caminhos Rurais de Porto Alegre. *Rosa dos Ventos*, 8(3), 387-401.
- Marujo, N. (2016). O estudo de caso na pesquisa em turismo: uma abordagem metodológica. *Revista Turismo: estudos & práticas*, 5(1), 113-128.
- Minayo, M. C. de S. (2012). *Investigación social: teoría, método y creatividad*. Lugar Editores.
- Pozzer, G., & Silveira, V. C. P. (2008). *As rotas turísticas como estratégia de desenvolvimento territorial: Os arranjos institucionais no Estado do Rio Grande do Sul – Brasil*. IV Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Universidade de Santa Cruz do Sul. <https://www.unisc.br/site/sidr/2008/textos/128.pdf>
- Rocha, G. de M., Moraes, S. C. de, & Sombra, D. A. (2019). Dinâmicas territoriais na zona costeira do estado do Pará, Amazônia brasileira. *Confins – Revista Franco-Brasileira de Geografia*, 42, 1-12.
- Nóbrega, W. R. de M. (2012). *Turismo e políticas públicas na Amazônia brasileira: Instâncias de governanças e desenvolvimento nos municípios de Santarém e Belterra, Oeste do Estado do Pará* (Tese de doutorado, Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Repositório Institucional da UFPA. http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/11163/1/Tese_TurismoPoliticPublicas.pdf
- Nunes, H. S. de J. (2019). *"Do cacau ao chocolate": Contribuição do agroturismo ao desenvolvimento territorial na região Transamazônica - PA* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente). Repositório Institucional da UFPA. <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/12236>
- Pará, Secretaria de Estado de Turismo. (2016). *Ordenamento turístico do estado do Pará*. <http://www.setur.pa.gov.br/o-ordenamento-turistico-do-estado-do-para>
- Penteado, A. R. (1967). *Problemas de colonização e de uso da terra na Região Bragantina do estado do Pará*. UFPA.
- Sarquis, G. B. (Org.). (2017). *Estrada de Ferro de Bragança: memória social e patrimônio cultural*. IPHAN-PA.

- Serra, H. R. H. (2017). *São obra-prima da Amazônia?: problemas de regionalização e políticas públicas de turismo no território paraense* (Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente). <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/5112bc20-8325-4313-ac1f-5da0847887ad>
- Setur, Secretaria de Estado de Turismo do Pará. (2014). *Plano da Rota Turística Belém-Bragança* (sem publicação). Setur.
- Silva, G. T. da, & Novo, C. B. M. C. (2010). *Roteiro turístico*. Centro de Educação Tecnológica do Amazonas.
- Souza, J. P. M., & Figueiredo, M. A. (2025). Relevância das instâncias de governança no turismo: Explorando evidências em escala local. *Administração Pública e Gestão Social*, 17(2). <https://doi.org/10.21118/apgs.v17i2.16764>
- Xavier, T. R., Totti, K. Á. S., & Raddatz, S. M. F. (2021). Aplicação do programa de regionalização do turismo em uma instância de governança regional no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. *Turismo: Visão e Ação*, 23(1), 86–109. <https://doi.org/10.14210/rtva.v23n1.p86-109>

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

Nascimento, M. A. B. (2025). A regionalização do turismo no Estado do Pará: o caso da rota turística Belém-Bragança. *Revista de Turismo Contemporâneo*, 13(3), 1131-1154. DOI 10.21680/2357-8211.2025v13n3ID39414
